Nº 9

Illmo Exmo Snr.

Resp. a 23 de Novbro de 51.

A Camara Municipal da Villa da Barra
Mansa accusa a recepção do Officio de V.Exa, sob
data de 17 de Fevereiro proximo preterito, acom-
panhando a [illegible] Camara Municipal
da Cidade de [illegible], em que pede a V.Exa. escla-
recimentos acerca de diversos objectos que consti-
tuem a Receita desta Municipalidade, e sobre o
que entendeo V.Exa. dever preliminarmente ouvir a Cama-
ra desta nova Villa, pela parte que lhe diz res-
peito; ordenando-lhe informasse com o que se offere-
cesse, digno tudo de duvida da consideração de V.Exa. para
poder satisfazer com a devida pontualidade.

Esta Camara pois em seo tirocinio, pouca de
experiencia na gestão dos negocios que lhe
tem, mas vigorosa [illegible]
tas da Municipalidade, vo-
consideração de V.Exa.

ARQUIVO NACIONAL

[illegible] as duvidas apresentadas pela Camara Municipal
do Sobral, vá ajo respeito a Camara [illegible]
ba já se dirigio á Rª. em officio de 22 de Fevereiro
[illegible] passado, dizendo [illegible] seo pensamen-
to, por aguardar [illegible] de [illegible] esperava fa-
voravel solução; convencida como está de que a de-
cisão será apoiada de sua [illegible] visto que
os argumentos deduzidos da Lei, e da razão das fac-
tos lhe garantem este meio de faltar pelo que es-
ponde.

Dispondo muito sabiamente o Artigo 1º do
Decreto Imperial de 13 de Novembro de 1832 a
A nova Camara passará immediatamente á no-
[illegible] seos Officiaes, e as Empregadas de sua compe-
[illegible] arrecadação das contribuições do
[illegible] inteiramente pertencião á Cama-
[illegible] desmembrada, e remette

Illm.a e Exm.o Sr

N. 4 R. 18 26/2 51

Em fica inteirado

A Camara da Villa da Barra do Sarrahão, Vai levar ao conhecimento de S.Ex.a que nella cinco de corrente fez annos a instalação, cujo acto tem a honra de assistir a S.Ex.a por esta. Deos Guarde a S.Ex.a Villa da Barra do Sarrahão de Janeiro 57

Illm.o e Exm.o Sr Ignacio Joaquim Barbosa Cabeda da Motta, Presidente da Provincia do Ceará

José Thomaz Mendonça

Secretario da

Illm.o e Exm.o Snr

N 6

P. Port.a deliberando sobre o que representa
esta Camara, e a ella remetta fl.a copia p.a
sua intelligª e em reposta a este off.o
26 — Jan.o — 51 —

Como em certo tempo da Sessão Ordinaria desta Camara não poderão Vereadores
gozar as Suas Ferias, vai pedir a V.S.a Exc.a authorisação para que
Illuminada interinamente Regencia, Procuradoria da Camara da Cidade
de Sobral, pois [illegible] Secretaria desta, por ser Villa
[illegible] Camara a V. Exc.a Villa da Barra do
Rio 13 de Janeiro de 1851

Illm.o e Exm.o Snr Ignacio Francisco Silveira da Motta, Presidente da Provincia do
Ceara

José Victor e Silveira
Simp
Jo

tão ao Governo da Provincia copia do Auto de sua
installação, e não demonstrado que nenhuma das
mesmas estas, que nenhum argumento se póde apre-
sentar contra esta disposição da Lei, que ve-
de á Camara desta nóva Villa de fazer arreca-
dar aquellas contribuições que, por Lei de sua
creação, fazem parte do seo Patrimonio, estabele-
das como ipsis tem, em diversas ramas compre-
hendidas em seo novo Municipio, para perten-
cerem á uma outra Municipalidade, á que nen-
hum direito, nenhuma razão assiste, não podendo,
nem devendo vigorar a causal apresentada pela
referida Camara do Sobral, de haverem sido se-
melhantes contribuições decretadas, por Lei Pr
de 6 de Dezembro de 1[illegible] em beneficio
de sua Municipalidade; por
a Povoação do Acara

Villa em 31 de Julho de 1822, principio de sua exis-
cão a 15 de Junho de 1823, epocha em que se aproxi-
mava a abertura da Assembléa Provincial, en-
trava nos cabedaes da mais acurada capacidade
saber que a nóva Camara teria de encontrar os
impostos, e por isso mesmo a Camara da Villa em
quem se conhece abstracção, deixa organisar o seo
Balancête contando com esse deficit em sua
Receita para o seguinte anno: para que agora tão
fóra de tempo não tivesse de allegar esses mo-
tivos, que nada mais importão, do que completa-
mente privarem a esta nóva Camara, no come-
ço de sua administração, de todos os seos ren-
tos, quando se lhes já mais poderá
[illegible] missão, se que a Lei
[illegible] deliberações demonstra esta

nóra Camara [illegible] que ella é competente para a
recadar todas as contribuições, que se achão esta-
belecidas dentro do seu Municipio, sem que para isto
obstem as razões apresentadas pela Camara do Sobr
que para [illegible] forças em sustentação dos
[illegible] exportações para
fóra do Municipio, allegando em seu favor o
Alvará de 27 de Junho de 1816, como praça especia
tiva [illegible] Camara, que lhe fora concedida.
Esta nóva Camara, com quanto não tenha
presente os Alvarás para melhor entrar no co-
nhecimento de suas disposições, todavia tem
algumas considerações a ponderar a seo respeito
para provar, primeiro: que elle em seo
pio direito de ter prompta a receita
que não corresponderão ao fim
Sobral teve em vistas, ter

~~inteiramente denegado pela Nossa Legislatura~~
Provincial competente, pela que está á Ca-
mara do Sobral sem este ponto de differença e
por isso falta de justiça.

Foi em 1815. que a Corpo do Commercio da an-
tiga Villa do Sobral carecendo da sufficiencia do lugar para gozar de um Juiz de Fora
foi sentir á respectiva Camara sua necessi-
dade, compromettendo-se á contribuir com cin-
co em vaqueta ou a taxa de cinco patacas na Barra
do Acaracú, que fazia parte do Municipio da
mesma Villa, cuja Camara fazendo chegar estes
reclamos á presença de ElRei de Portugal obte-
ve desse Alvará, que decretou essa contribuição pa-
ra as da Municipalidade da quella
nte para o subsidio do Juiz de
reende do Officio daquel-

la Camara [illegible] e pelo que deixou de
[illegible] cobrança até o anno de 1829,
segundo as informações de alguns negociantes
que então importarão estes generos para fora da
Provincia, epoca em que teve lugar ser despa-
chado [illegible] primeiro Juiz de Fóra, e com
quem a Camara desprendeo annualmente a
importancia de Oitocentos mil reis: finalmen-
te foi em 1838, que a Assembléa Provin-
cial, por Lei de 6 de Abril do dito anno, decre-
tou esse imposto em favor da quella Ca-
mara, e nesta sentido tem ella até ago-
ra procedido a sua arrecadação como se propria
de seus proprios Rendimentos, sem jamais dar
cabo o regimento dessa Lei antes
servio aquella mesma Lei
porem passar em silencio

Lei Provincial, que para tal [illegible]

Sua Camara Municipal [illegible]

sofre um grande destalcamento em suas rendas,

com isso-lhe subtrahidas essas contribuições pa-

ra a nova Camara da Barra [illegible] lanca impos-

tos sobre os seos Municipes [illegible]

da em uma [illegible] pequena [illegible]

mercantil, e tendo em si um mercado,

onde affluem abundantemente todos os

productos da Serra Grande, e Mexica, não

deve permittir que este nave Municipio fi-

que entregue á indigencia de meios; ao contra-

rio deve concorrer para o seo rapido incremen-

to, convencendo-se de que o Paiz será tanto

mais florescente, quanto forem os meios

[illegible] dos diversos Municipios

~~Vista por tanto do quanto esta Camara~~
~~acaba de levar ao conhecimento de V.Ex.ª~~ prova
cabalissima, que a Camara Municipal
Sobral nenhum direito tem á arrecadação
das contribuições estabelecidas dentro do ~~Ter-~~
~~mo~~ municipio ~~destas Villas~~, por lhe resistir o
~~ta~~ mencionado Artigo 3º do Decreto
Imperial de 13 de Novembro de 1832, e
quanto ao fundamento com que defend
o direito de 5 reis em vaqueta ou atanad
estando isto ponto implicitamente respon
dido, pulverizou-o ainda mais esta nova Cam
ra com as razões especiaes que offerece, e que
por sem duvida deverão merecer a atten
V.Ex.ª de quem esta nova Camara am
pio e protecção que as Le

Dos Guardas [illegible] Paço da Camara Municipal da Villa do Icaraci em Sessão extraordinaria [illegible]

Illmo. e Exmo. Snr. Dr. Ignacio Francisco Silveira da Motta. Presidente da Provincia do Ceara

José Victor Vitorino Freire
Presidente da Camara

Raimundo Henriques de Aguiar
Joaquim Domingues Vilella Pereira

Ignacio José do Canto
Simplicio d'Araujo Costa
José de Couto Rodrigues
Francisco de Oliveira

N 81

Illmo e Exmo Senhor

Transmitta o exigir a attendida
e respondendo-se ao emportunados do em-
tes
q' vencão

$ 96$

Esta Camara acusa a Repartição de Circular de S. Exª de 8 de Outubro sob
nº 41, que manda cumprir o Regulamento nº 793 de 18 de Junho ultimo,
determinando esta Camara fasse prantificar, e dar com antecedencia os livros precisos para servirem de Registros de Nascimentos, e Obitos
para cada districto deste Municipio, que de Novo forão mediante
setem de fazer na forma determinada do Artigo 2 do citado Regulamento
e que informando este Governo com urgencia, a respeito daquelles que em
Barreiro que por ventura possa esta Camara encontrar no cumprimento
do presente circular. Esta Camara tem de participar a S. Exª que o seu
Municipio contem tres Destrictos de Paz, e por consequencia deve fornecer
em seis livros, dous para cada distrito, que sendo sellados a custa da
Camara, como determina o citado Regulamento, vem a importar pello
menos a quantia de quarenta a cincoenta mil rs. Esta Camara
Illmo Senhor da presente não tem fundos para occorrer nesta despeza, em
Zeraes deste hum Municipio novo, creado em 6 de Novembro deste anno e
sendo esforte deste patrimonio o importe de cinco mil rs a meio de cada q
se embarca neste porto para fora da Provincia, com quatro mil rs de ali-
cença que esta Camara concede para levantar cada hum com as despeza
desta Municipio. Aquelle a Camara da Cidade de Sabará de-
tem o porto a esta arrecadação, querendo ainda sustentar pertencer a
quelle Municipio as ditas rendas, não obstante ter ido ja esta duvida de-
cidida pello antecessor de S. Exª a favor desta Camara, que

Illmo e Exmo Senhor

16 — Janeiro — 52

Esta Camara Municipal da Villa do Acaraú, não tendo annuido com a proposta apresentada pelo Juiz de Paz da Santa Anna, para effeito de haver alli uma Freguezia de Sua separada, visto pelos motivos allegados pelo Subdelegado, aquem a Lei encumbe a proposta do respectivo Freguezia feita na pessoa do Bartholomeu de Souza Couto, como do officio original do referido Subdelegado, pede a V. Exca para tomar o negocio na devida consideração e decidir como for de justiça. — Esta Camara julgou tão bem conveniente chegar a presença de V. Exca o officio original do Juiz de Paz de Santa Anna em favor de sua Freguezia separada, para assim pelle V. Exca poder deliberar afinal. Deus Guarde a V. Exca. Paço da Camara Municipal da Villa do Acaraú em Sessão ordinaria do dito de Janeiro de 1852

Illmo e Exmo Snr Dor Joaquim Marcos de Almeida Rego — Presidente da Provincia do Ceará

José Victor Moreira P.
Antonio José Ferreira Junior
Simplicio d'Araujo
José da Costa Gade

Ignacio José de Castro

Exmo Senhor

N 28 Julho 51

Anno 28 de 51

Accuse a recepção e declare que
serão as Portarias apresentadas na
Assembléa Legislativa Provincial
logo q[ue] [illegible]

Esta Camara tem a honra de remetter a V. Ex.ª as suas Portarias, para por intermedio de V. Ex.ª levar á Assembléa Legislativa Provincial, para obter a sua approvação. D. Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal da Villa do Acaraú em Sessão Ordinaria de 19 de Julho de 1851

Ill.mo e Ex.mo Senhor Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceará

Simplicio de Araujo Costa V.P.
José da Costa Gadelha
P.e Luis Martins dos Santos
Ignacio José de Castro
Joaquim Domingues da Silva
Raimundo Henriques de

Pedro Francisco de Oliveira

Anno
do Senhor

N 28 Justificação 1851

Acerca da recepção e suspensão
das Leis e em tempo competente
serão apresentadas a Assembléa
Legislativa Provincial

Esta Camara tem a honra de remetter a V. Exª as Contas desta
Receita e despeza Calculada para este presente Anno, e para o Anno
financeiro de 1852 para por conhecimento de V. Exª levalas á
Assembléa Legislativa Provincial, afim de obter uma aprovação. — Esta Camara não pode neste dous Annos fixar hum
Orçamento exacto, em razão de ser hum Municipio creado Novo e
por isso Vegetarme pelas Rendas geraes, e especiaes do Municipio
pois da Cidade de Sobral [illegible] pela desmembração, e inverter de
Artigo 1º do Decreto de 13 de Novembro de 1832. Esta Camara
[illegible] a grande despeza que tem a fazer em seu
principio de Para de Secretario, Mobilia, Cadeia, e Arranjos
Secretario, [illegible] afim
de fazer despeza. Esta Camara [illegible] Municipio.
toda a sua diligencia a fim de [illegible]
Geraes. V. Exª Paço da Camara Municipal da Villa
da Barra do Sarahim em Sessão Ordinaria de 19 de

de Julho de 1851

Ill.mo e Ex.mo Senhor Doutor Joaquim Alves de Oliveira Lage
Presidente da Provincia de Piauhy

Simplicio d'Araujo Costa M.P.
José da Costa Gadelha
C.el Luis Martins dos Santos A.
Ignacio José de Abreu
Joaquim Domingues da Silva Terceiro
Raimundo Henriques d'Araujo
Pedro Francisco de Oliveira

N 7

Illmo Snr Pno Sr

Interior

Esta Camara a Cerca a Recepção do Officio de V Sa ca sobre th 9 de 17 de Julho p.p. que acompanhava o Numero 1039 do Jornal de P dos 2o onde vem publicado o processo da Eleição Medica so bre a impedimina da febre Reinante nesta Capital, onde descreve o tratamento da Sobreditas febre, para fazer constar os Habitantes deste Municipio. o que fica esta Camara ciente adar o Cumprimento devido. Deos Guarde a V Sa ca Villa da Barra do Acaraú 15 de Outubro de 1851

Illmo Sr Dr Joaquim Marcos de Almeida Rego, Presidente da Provincia do Ceara

José Victor Memoria
Pres.te

Simplicio de Araujo Costa

José da Costa Seabra

Ignacio José de Castro

Antonio Joze Ferreira Junior

Nº 8

Illmo e Exmo Snr

Esta Camara accusa a recepção do Circular de V Exª sobre o nº 5 de 19 de Julho proximo passado cientifica a esta Camara ter Sua Magestade o Imperador por Decreto de 3 de Junho ultimo, convocado na forma do Artigo 102 da Constituição do Imperio a nova Assembléa geral para a Legislatura proxima vindoura, segunficia esta Camara ciente Deos Guarde a V Exª Villa da Barra do Acaraú 15 de 8bro de 1851

Illmo e Exmo Snr Dor Joaquim Marcos de Almeida Rego = Presidente da Provincia do Ceará

José Victor Nemorio
Prez.
Simplicio d'A. Costa
Ignacio José de Castro
Antonio José Ferreira Junior
José da Costa Galeão

N 10

Illmo Snr Presidente

Vista a Lisonja
Não pode ser cobrada da caixa até Dezembro de 1832
Novembro de 1832

Esta Camara vai levar o conhecimento de V. Sa. a duvida em que labora sobre a Cobrança dos 400 rs pelo importo de cada hum Carro que de fora do Municipio entrar neste Carregado, ou deste carregar para fora do Municipio, sendo o proprietario do carro morador dentro deste Municipio, o § 2º do Artigo 7º da Resolução Nº 325 de 5 de Setembro de 1850, que regula as Rendas Municipaes para o Municipio da Cidade de Sobral, por onde se rege este Novo Municipio, por ser daquele desmembrado, enverte-se do Artigo 6º do Decreto de 13 de Novembro de 1832, diz = 400 rs por Carro de fora do Municipio, que entrar, ou sahir carregado = Avista pois desta Resolução parece fora de duvida, que o carro ainda que seu proprietario seja morador deste Municipio, porem que vão carregar fora do Municipio para este deste para fora do Municipio devem pagar o emporto a Camara de 400 rs por cada Carro, Avista pois do exposto esta Camara não segue firmar em sua presença, por que vai pedir a V. Sa. esclarecimento sobre a duvida apresentada Pela Guarda de V. Sa. Villa da Barra do Acaraú 18 de Outubro de 1851

Illmo e Exmo Snr Por Joaquim Marcos de Almeida Vig. Presidente da Provincia do Ceará

José Victor Memoria
Antonio José Ferreira Junior
Ignacio José de Castro
Simplicio de Sá Castro
José de Castro Sa

Illmo e Exmo Senhor

28 Julho 51

de 1851.

Ill.mo e Ex.mo Senhor Dor. Joaquim Marques de
Almeida Pinto, Presidente desta Provd.a

Simplicio d'Araujo Costa V. P.
P.e Luis Martins dos Santos M.
Raimundo Henriques de Araujo
Joaquim Domingues da Silva Tei
José Costa Gui
Ignacio José de Costa
Pedro Francisco de Oliveira

Illmo. e Exmo. Senhor

Approvou mesmo o Art. 70 –

Resp. a 15 – Abril – 52 –

A Camara Municipal da Villa da Barra do Acaraú, tendo feito as suas novas posturas para economia, e policia deste Municipio, remettida a V. Exa. em 19 de Julho do anno findo, para levalas ao conhecimento da Assembléa Provincial, a fim de obter a sua approvação: tendo esta Camara noticia pela folha Official que pegue ellas ainda não foraõ approvadas na Sessão passada estão somentes approvadas pello parecer da Comissão de Camara; por isso esta Camara vai pedir a V. Exa. queira approvar provisoriamente os Artigos das ditas posturas, que encherão Tenete para por ellas ser regida este Anno visto que athe hoje esta Camara se tem regido provisoriamente pelas posturas do Municipio da cidade de Sobral por autorização do antecessor de V. Exa. Deos Guarde a V. Exa. Paço da Camara Municipal em Sessão Ordinaria de 12 de Janeiro de 1852

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Marques de Almeida Rego – Presidente da Provincia do Ceará

Sumpticio d'Araujo Costa

V. P.

José da Costa Gadelha

de Leis Martins dos Santos

Antonio José Ferreira Junior

Pedro Francisco de Oliveira

Juiz de Dar actual, e competente, [illegible] competente para conhecer, em grau [illegible] a ella sedeuni [illegible] Tanto assim [illegible] [illegible] [illegible]

Sim

N.B. Q' a unica razão pelo q.l o Cartorio pode deixar de approvar hoje a falta de habilitação do proposto, e não pretende apresentar-se a Autoridade perante q.m a Lei mesma não lhe serve

Illmo Snr

Em presença de seo Officio de data de 9 do
Corrente Tenho a Responder lhe, que o autuado
de nomeação de Delto não pode dispôr de hoje
torio do Juiz de Paz de Sr. por presentemente
vaõ, sem o juiz mo Juiz me seja ordenado
O cartorio do Subdelegado não obstante
nelle escrito a annos tanto mister fora via
pre estive aguarda do mo Subdelegado, ejo in
que nunca Recebendo, onão pode entregar
é o q. Tenho a Responder lhe a respeito. Deos
Ge. a Dlo. Sant Anna 16 de Janro de 1852

Illmo Snr Bartholomeu de Ab. Costa
Escrão do Subdelegado de Sant Anna

Ignco Pinto Pinto
Escrão do Juiz de Paz do

7 — Tres —

E' mandado obtido pelo Jd de Illmo e Exmo Snr.
Par a fazer citar os Reos separado a razão com
a pela G. alcance pro duzir e approvado he pela
falta de habilitações do proprio, não procedeo
pr eis aquellas q são apresentadas pr authoridade
procuração q. o Snr. não tem de seu, e q aba-
cumpla apresentar nas razas. ao Jd de Dirto pe
citar a Authoridade de que mos mão pode
obter ao livre papel q' tem o Juiz de Par em tas
cazos pr pena a mandou

Illmo Snr

Tendo muitas vezes, e durante o tempo de serviço
da Secretaria do Tribunal do Jury desempenhado
as funções de Escrivão, e sempre pontual a
pagar todos os direitos Estabelecidos, dívida a
mesma Secretaria, e estando continuar no
mesmo emprego, e contando a dignidade tem ser-
vido, e reunindo em si as qualidades precisas, tan-
to pela sua reconhecida aptidão, como pela
pratica, que no exercicio do mencionado empre-
go tem adquirido, e muito convindo aos
Jurados abem do serviço Publico ahua conserva-
ção, e suspendo ate ordem contra a autorisado pelo
Officio de Direito da Comarca na conformi-
dade das palavras do Art. 19 do Regulamento
N. 120 de 31 de Janeiro de 1842, muito digna
proposição o mesmo Ignacio Ribeiro Vianna para
escrivão atual deste Jury na conformidade
do Art. 16 do Codigo do Processo criminal,
E assim de Terminar o Art. 42 do mesmo
Regulamento acima citado em seus ca-

palavras; avista do q dos Autos respondeu dito
offerecido abonamento do juramento importa
em conformidade da Ley [illegible] dos
autos. Villa Real de Santo Antonio 8 de
Janeiro de 1852.

O Juiz de Direito

Manoel Joaquim de Moura Paz